

A LÓGICA DA POLIDEZ; OU, CUIDANDO DA SUA LINGUAGEM¹

THE LOGIC OF POLITENESS; OR, MINDING YOUR P'S AND Q'S.

Robin Lakoff
Universidade da Califórnia

Tradução: Rodrigo Albuquerque, Bernd Renner e Alex Leitão
UNB

Apresentação dos tradutores

A obra *A lógica da polidez; ou, Cuidando da sua linguagem* (no original: *The logic of politeness; or, Minding your P's and Q's*), de 1973, da autora americana Robin Tolmach Lakoff, constitui, sem dúvida, um trabalho de referência em pesquisas iniciais sobre a polidez nos estudos linguísticos. Em seu estudo pioneiro, inscrito nas investigações de primeira onda, a autora destaca o fato de que a interação cotidiana consiste não apenas no intercâmbio de informações, mas é guiada pelo interesse mútuo dos interagentes ao evitar enunciados impolidos. Assim, ela reconhece a importância de se considerarem, além da sintaxe e da semântica, os aspectos pragmáticos que integram as interações face a face. Partindo desse pressuposto e baseando-se nas máximas de conversação de Grice (1967), a autora elabora seu próprio modelo de polidez, que consiste em uma combinação do que ela chama de regras de competência pragmática e de conversação, as quais dão visibilidade ao paradoxo entre ser claro e ser polido. Lakoff mostra, por meio de vários exemplos e de forma bastante ilustrativa, como essas regras entram em vigor durante a interação e quais fatores verbais e não verbais estão em jogo quanto a processos de co-construção de sentidos, sempre levando em consideração dimensões contextuais. Embora a autora considere as regras de polidez como universais e traga exemplos em nível frástico, ela destaca que a interpretação do que é considerado polido pode diferir de uma cultura para outra, dado que diferentes grupos socioculturais atribuem diferentes valores a essas normas. Em suma, as contribuições de Lakoff são um convite a nos lançarmos em direção a estudos de (im)polidez em um âmbito linguístico, servindo de base para abordagens e teorias subsequentes que, de algum modo, discutem sobre (im)polidez.

1. [Nota dos tradutores] O título original do artigo é: *The logic of politeness; or, Minding your P's and Q's*. O termo *Minding your P's and Q's* é uma expressão em língua inglesa que pode ser entendida como *Mind your manners, Mind your language, Watch what you are doing*. Tal entendimento nos levou a optar pela tradução *Cuidando da sua linguagem*, como tentativa de nos aproximarmos do sentido original.

Tradução da obra: LAKOFF, R. T. The logic of politeness; or, minding your p's and q's. *In*: CORUM, C. et al. (Eds.). *Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, p. 292-305, 1973.

Nós que viemos da tradição da gramática transformacional parecemos ter passado uma quantidade excessiva de nossa juventude tropeçando em obstáculos linguísticos que nós mesmos criamos, sem conseguir resolvê-los. Entre os mais cruéis desses obstáculos está a dificuldade da gramaticalidade parcial ou hierárquica. Na teoria sintática proposta em “Aspectos da teoria da sintaxe” (CHOMSKY, 1965), por exemplo, qualquer usuário da língua teria a expectativa de que uma sentença fosse marcada como boa ou ruim (*). Essa expectativa não faria sentido se a estrutura sintática fosse o único fator decisivo para incertezas e julgamentos do tipo “Talvez (seja) bom, se você assumir...”.

Contudo, os linguistas que tentaram ser honestos descobriram, à medida que avançaram em seus trabalhos, que as sentenças com as quais lidavam precisavam, cada vez mais, de marcações especiais do tipo: “Bom, se você assumir...”, “Bom, se você quer que o outro cara pense...”, “Bom, se você não gosta...” e assim por diante. Ou seja, precisávamos nos preocupar com o contexto em que as expressões eram proferidas, em domínios linguístico e não linguístico². Além disso, apenas por apelo ao contexto poderíamos explicar a inaceitabilidade de sentenças em algumas condições que, sob outras condições, eram aceitáveis.

Descobrimos bem cedo que as suposições que os falantes faziam sobre o mundo real se configuravam em julgamentos relacionados à possibilidade de determinada sentença poder ser usada em circunstâncias específicas. Na maioria das vezes, poderíamos pensar em termos de pressuposições culturais supostamente compartilhadas pela maioria dos falantes. É provável que essa percepção incluía tanto a noção filosófica de pressuposto lógico quanto a maioria do que tem sido chamado de pressupostos pragmáticos. Então, para lembrar de um exemplo famoso, se eu disser (1a), meu ouvinte só aceitará essa sentença se considerar (1b) verdadeira.

- (1) a. O atual rei da França é careca.
b. Existe atualmente um rei da França.

De igual modo, outros casos talvez estejam relacionados: mesmo que os valores de verdade não estejam explicitamente envolvidos, praticamente qualquer pessoa pode pressupor sobre o que estamos falando (o pressuposto pragmático). Portanto, podemos dizer que a sentença (2a) é aceitável apenas no caso de (2b) ser pragmaticamente pressuposta pelo destinatário:

- (2) a. John morou em Paris.
b. John ainda está vivo.

2. [Nota dos tradutores] Apesar de a autora se referir a domínios linguístico e não linguístico, provocamos os leitores a pensarem em domínios verbal e não verbal, haja vista que o linguístico, em estudos sociointeracionais, abarca dimensões que transcendem o plano verbal. Em suma, todo o sentido é construído no âmbito linguístico, o qual coordena, assim como previu Gumperz (1982), dimensões verbais, extraverbais, paraverbais e não verbais.

Ou seja, a pressuposição (2b) nos permite usar o tempo perfeito em (2a).

Entretanto, à medida que nos aventuramos nessa nova maneira de ver as sentenças, descobrimos cada vez mais que uma sentença que era perfeitamente aceitável sob um conjunto específico de condições poderia ser ruim sob outro, apesar de ambos (os casos) serem perfeitamente concebíveis no mundo real. Eu tenho (1969) dado exemplos similares a (3): cada uma dessas sentenças é boa, em seu conjunto particular de contextos:

- (3) a. Alguém quer feijão?
b. Quem quer feijão?³

A diferença é, como foi apontado, que em (a) o falante pode não ter ideia se alguém quer feijões ou pode presumir que ninguém os quer. Entretanto, em (b), ele deve assumir que haverá uma resposta positiva, mas pode estar errado, apesar dessa pressuposição.

Casos ainda mais complexos são aqueles em que a sentença reflete a atitude do falante em relação ao seu contexto social, mais especificamente, suas pressuposições sobre (1) as pessoas com quem ele está se comunicando: seus sentimentos sobre ele mesmo e a posição delas em relação a ele; (2) a situação do mundo real em que ele está se comunicando: quão crucial é a informação que ele busca transmitir?, ele (realmente) procura transmitir alguma informação? e quão formal é a situação do ato de fala?; e (3) suas decisões, baseadas em (1) e em (2), quanto ao efeito que ele deseja alcançar por meio de seu ato comunicativo: ele deseja reforçar as distinções de *status* entre ele, o falante (F), e o destinatário (D)?⁴, (em caso positivo, tal reforço ocorreria) para destruí-los ou isso não importa para ele?, ele quer causar a impressão de que D é importante, sério, espirituoso ou esnobe?, ele quer mudar a situação do mundo real?

Nenhuma palavra que ele realmente fala pode ser diretamente aplicável a tais perguntas. Tudo pode ser levantado e respondido em uma discussão, digamos, sobre a vida em Marte. No entanto, as perguntas podem ser respondidas sem ambiguidades, ao se examinar o diálogo, tanto por meios linguísticos quanto por qualquer outro: palavras e suas construções são o meio de comunicação. Assim, a comunicação de ideias (que alguns podem considerar sociológicas, em vez de linguísticas) é efetuada por meios linguísticos.

Argumento, neste artigo, que, se alguém faz algo acontecer por meios linguísticos, independentemente de ser proposital, (essa pessoa) está usando uma ferramenta linguística. É no domínio da linguística que tais questões devem ser exploradas e respondidas, com a ajuda de antropólogos e de sociólogos que vêm estudando essas questões há anos. Sugerimos que tais

3. [Nota dos tradutores] Os exemplos no texto original são, respectivamente, *Who wants any beans?* e *Who wants some beans?*

4. [Nota dos tradutores] Destacamos que os papéis *falante* e *destinatário* não contemplam todas as instâncias do ato comunicativo, tampouco de ações no plano interacional, haja vista que a altura da voz, a intensidade dos movimentos, a projeção do olhar, a maneira como nos dirigimos aos nossos interlocutores, entre outras instâncias linguístico-interacionais, influenciam a construção conjunta de sentidos. Além disso, o outro – o nosso interlocutor – não é alguém a quem simplesmente destinamos uma mensagem, mas alguém que constrói sentidos conjuntamente conosco.

estudos possam ser aprofundados pelo uso de técnicas linguísticas de análise, assim como as nossas (questões) possam (ser aprofundadas) por esses domínios do conhecimento.

O que estou dizendo, então, é que o conteúdo pragmático de um ato de fala deve ser levado em conta para determinar sua aceitabilidade, assim como ocorre, geralmente, com construções sintáticas, e, recentemente, com construções semânticas. Podemos dizer que, por exemplo, (4a)

(4) a. John jogou fora o lixo.

é um enunciado gramatical, e que (4b)

(4) b. *John isso jogou fora.

não é, apenas por motivos sintáticos: as condições da regra de movimento de partículas foram violadas em (4b), mas atendidas em (4a). Ou podemos dizer que, semanticamente, (5a) é uma sentença melhor que (5b), que é inaceitável por violar certos princípios semânticos.

(5) a. A multidão se dispersou.

b. *O porco-formigueiro dispersou.

E, portanto, podemos dizer que uma sentença como (6a) é uma boa sentença por motivos pragmáticos (e, claro, por outros): ela não viola pressuposições sobre a interação no mundo real; mas (6b) é, por razões puramente pragmáticas, uma sentença muito estranha.

(6) a. Você pode pegar sua metodologia e enfiá-la.

b. *Pode pegar sua metodologia e enfiá-la?

Muito brevemente, e desconsiderando exatamente o que está acontecendo nos exemplos (6a) e (6b), podemos dizer que a forma de pergunta - como em (b) - é polida e a forma declarativa da sentença - como em (a) - é impolida, apesar de o conteúdo comunicativo ser, inalteravelmente, impolido. Logo, se combinarmos uma construção polida com um significado impolido, ocorrerá, apenas por motivos pragmáticos, ironia ou aberração total. Uma sentença como (6b) é, no plano sintático, perfeitamente construída e não viola qualquer restrição semântica imaginável - como violaria uma sentença como (7), que é ruim de uma forma muito diferente de (6b):

(7) *Essa pedra pode pegar sua metodologia e enfiá-la.

Outro teste de regras sintáticas que se mostrou muito útil é o da ambiguidade. A ambiguidade sintática está destacada na literatura, provando a necessidade de estruturas subjacentes e de regras transformacionais para se eliminar a ambiguidade, por motivos puramente sintáticos, de enunciados como (8):

(8) Eles não sabem [o quão bom] é carne.

Eles não sabem o que é [carne boa]⁵.

Semanticamente, não há confusão. Discuti casos de ambiguidade semântica, em que apenas recorrer à relação entre conceitos semânticos na sentença poderia indicar se deveria ser pensado (em relações) simétricas ou assimétricas, como em (9).

(9) A polícia entrou na sala e todos engoliram seu cigarro.

Contudo, podemos também falar de ambiguidades solucionáveis apenas recorrendo a um exame da relação entre os participantes em um diálogo e sua situação no mundo real. Isso poderíamos chamar de ambiguidade pragmática, e sua ocorrência, em uma sentença como (10), nos indicaria a necessidade de incorporar, em nossa gramática, regras pragmaticamente sensíveis:

(10) Por favor, feche a janela.

Ou seja, (10) poderia ser um enunciado subserviente no caso em que o falante fosse realmente subordinado ao destinatário, ou igual a ele, e não um conhecido próximo. Nesse caso, ‘por favor’ poderia significar “Estou pedindo que faça isso como um favor, já que não posso forçá-lo a fazer isso”. Entretanto, no caso de F ser superior a D, o uso de ‘por favor’ seria convencional. O falante realmente quer dizer algo como “Estou pedindo para você fazer isso, mas, apesar de ter o poder de forçá-lo, estou apenas agindo como um cara legal”. A diferença é clara para o destinatário: no primeiro caso, ele poderia recusar; no segundo, somente com um bom motivo. Desse modo, uma resposta como (11) é válida como uma recusa no primeiro caso (falante subordinado ou igual ao destinatário), mas não no segundo (falante superior ao destinatário):

(11) Nossa, está tão quente aqui!

Há mais uma possibilidade de uma leitura ambígua de (10): suponha que F e D sejam amigos íntimos há anos, usam apelidos e, portanto, não usam formas polidas entre si há algum tempo. Nesse caso, o suposto falante de (10) descobre que o destinatário tem agido ‘pelas costas’ (não precisamos nos preocupar com o teor de tais ações) e fica furioso com ele (com D). Para ele (F), a amizade acabou. Em um encontro futuro entre ele e seu ex-companheiro (que talvez ainda não saiba da situação), o falante enuncia (10), com ou sem entonação ‘fria’, dependendo de sua sutileza. Nessa situação, se D for absolutamente perspicaz, ele notará, pelo mero uso de ‘por favor’, que F não está sendo gentil com ele; que o relacionamento piorou. E ele pode responder: “Ei, qual é o problema?”, referindo-se não ao conteúdo semântico de (10), mas às suas implicações pragmáticas.

Assim, o uso de (10) pode sinalizar, entre outros, três tipos diferentes de relacionamentos entre F e D, e D responderá de forma bem diferente em cada caso. Eu chamaria isso de ambiguidade legítima, de um tipo pragmático, e diria que essa é outra indicação de que o componente pragmático

5. [Nota dos tradutores] Nos exemplos originais, a ambiguidade parece ficar mais clara: *They don't know [how good] meat tastes* e *They don't know how [good meat] tastes*.

é, assim como qualquer outro componente gramatical, de responsabilidade do linguista. Exemplos, tais como (6), indicam que a pragmática interage com a sintaxe e com a semântica, não podendo ser considerada separadamente: precisamos saber quando a regra sintática de formação de perguntas é aplicável, considerando-se componentes pragmáticos. Portanto, devemos, de alguma forma, estender nosso conceito de regras [que estão em jogo] para cobrir casos como esses – em que as condições para a aplicabilidade de uma regra sintática incluem componentes pragmáticos, tal como o efeito que o falante deseja que seu enunciado tenha sobre o destinatário.

Assim como invocamos regras sintáticas para determinar se uma sentença deve ser considerada sintaticamente bem ou mal formada – e de que forma ela é mal formada, caso seja –, em que medida, então, gostaríamos de ter algum tipo de regra pragmática ditando se um enunciado é pragmaticamente bem ou mal formado – e até que ponto ele se desviaria, caso houvesse desvios. Assim como há muitas regras sintáticas que são utilizadas para gerar uma sentença em sua totalidade – e quanto mais regras são violadas, maior se torna, progressivamente, sua má-formação –, o mesmo pode ser dito na esfera pragmática: podemos identificar vários tipos de regras e suas possíveis violações.

Do mesmo modo que a aplicabilidade de uma regra a dada estrutura sintática pode diferir dialeticamente, o mesmo se aplica a regras pragmáticas. Gostaria de olhar para alguns casos, apresentados de modo bastante informal, embora não haja razão para que, no futuro, tais regras não possam ser tão rigorosas quanto às sintáticas previstas na literatura transformacional (e, esperançosamente, muito menos *ad hoc*).

Primeiramente, podemos voltar às três áreas de comportamento pragmático⁶ a que nos referimos anteriormente: as suposições do falante sobre suas relações com seu destinatário, sua situação no mundo real enquanto fala, e até que ponto ele deseja mudar (ou reforçar) a primeira e/ou a segunda área. Descobriremos que duas regras básicas estão envolvidas, às vezes coincidindo em seus efeitos e reforçando-se entre si, apesar de estarem, com maior frequência, em conflito aparente. Nesse último caso, uma ou outra prevalecerá, conforme as circunstâncias. Vamos chamá-las de Regras de Competência Pragmática:

REGRAS DE COMPETÊNCIA PRAGMÁTICA

1. Seja claro.
2. Seja polido.

[Tais regras sinalizam que] se alguém busca comunicar uma mensagem diretamente, essa pessoa tentará ser clara, para que não haja engano quanto à sua intenção. Se o objetivo principal do falante consiste em navegar, de algum modo, entre os respectivos *status* dos participantes no

6. [Nota dos tradutores] Como a pragmática se refere ao estudo do uso da língua, alertamos que não agimos baseando-nos apenas em comportamentos, o que nos inscreveria em um paradigma behaviorista, mas também pela forma como nos engajamos interacionalmente, sendo influenciados por crenças, por relações de poder, por ideologias, por questões intersubjetivas *etc.*

discurso, indicando onde cada um se situa na visão do falante, seu objetivo será menos a clareza do que, em oposição, a polidez. Às vezes, como veremos, clareza é polidez; mas, frequentemente, deve-se escolher entre Scylla e Charybdis⁷. Temos sorte em nosso trabalho porque as regras de clareza foram formuladas no trabalho de Grice ([1967] 1975)⁸ sobre as regras de conversação; provavelmente, não de forma totalmente satisfatória, mas, certamente, em um esboço valioso. É evidente que elas funcionam como regras para que o falante divulgue o conteúdo denotativo de seu ato de fala da forma mais clara e com o mínimo de confusão possíveis.

REGRAS DE CONVERSAÇÃO

1. Quantidade: seja tão informativo quanto necessário
não seja mais informativo que o necessário
2. Qualidade: diga apenas aquilo que você acredita ser verdade
3. Relevância: seja relevante
4. Modo: seja claro
não seja ambíguo
não seja confuso
seja sucinto

Desconsidero o problema (que é um problema para Grice ou para qualquer pessoa) de como os seguintes atributos são determinados: Quanto é demais? O que é relevante? Quando uma afirmação é confusa?

Afinal, essas questões nos dividem: dou uma contribuição conversacional que julgo necessária, verdadeira, relevante e clara; você ouve e julga [a minha contribuição como] desnecessária, falsa, irrelevante e confusa; e ficarei intrigado se você encerrar, abruptamente, a conversa. Portanto, essas noções devem ser definidas mais rigorosamente, considerando-se os mundos distintos entre falante e destinatário.

Contudo, uma dificuldade mais séria é a de que, aparentemente, as regras de conversação são mais violadas do que observadas. Deve ficar claro para qualquer pessoa que esteja olhando para essas regras que uma conversa informal interessante as viole em todas as ocasiões, diferentemente da conversa insípida ou rigidamente formal. Muitas vezes, as violações são sinalizadas em nossas conversas por expressões como ‘A propósito’ (= “Estou, por um motivo, violando modo”); ‘Como você sabe’ (= “Estou, por um motivo, violando quantidade”); e, mesmo sem pistas, notamos que as violações das regras de conversação são, ainda assim, percebidas como conversação, diferentemente das violações de regras sintáticas, que são percebidas como não-sentenças.

Em vez disso, falantes parecem conspirar, usando uma espécie de princípio de sanidade: “Presumo que você é são, a menos que seja provado o contrário, e, portanto, assumirei que tudo

7. [Nota dos tradutores] A expressão *Scylla e Charybdis*, originária da mitologia grega, significa “ter de escolher entre dois males”. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Scylla-and-Charybdis>. Acesso em: 08 dec. 2021.

8. [Nota dos tradutores] Ao publicar o texto, em 1973, a autora utilizou, como referência, uma versão do trabalho de Grice não publicada (datada de 1967). Anos mais tarde, em 1975, o trabalho em questão foi publicado.

o que você faz em uma conversa é feito por um motivo – a violação de uma regra significa dar preferência a outra ou a um sistema de regras”. Parece ser o caso de que, quando Clarezza entra em conflito com Polidez, na maioria dos casos (mas não em todos, como veremos), a Polidez predomina: evitar ofensas é considerado mais importante, em uma conversa, que alcançar clarezza. Isso faz sentido, uma vez que, na maioria das conversas informais, a própria comunicação é secundária em relação à mera necessidade de reafirmar e de fortalecer relacionamentos.

De fato, as regras da conversação são estritamente cumpridas naquelas conversas em que o conteúdo é mais importante que o próprio ato de falar. Portanto, dispositivos como ironia, exagero, piada, ambiguidade e outros recursos de conversação divergentes são usuais para um estilo de conversa informal, mas não em conversas de negócios ou palestras acadêmicas, em que as Regras de Conversação tendem a estar em vigor.

(Trata-se, portanto, de uma generalização exagerada: surgem usos informais até mesmo em situações mais formais. É raro encontrar um estilo não misto: puramente formal ou puramente informal. Há muitos motivos para isso, principalmente por ser raro que o ato de fala sirva simplesmente para transmitir informações factuais. Frequentemente, procura-se transmitir um sentimento favorável sobre a informação factual, de modo que o destinatário, por meio do uso das Regras de Polidez, faça uma avaliação positiva sobre o falante. Em uma conversa informal, às vezes queremos ir direto ao assunto. Mesmo ela tendo um caráter de informalidade ou de retratação, podemos recorrer às Regras de Conversação para sermos diretivos).

Assim sendo, quais são as regras de polidez e como elas se relacionam com as Regras de Conversação? Vou listar essas regras informalmente a seguir e dar alguns exemplos.

REGRAS DE POLIDEZ

1. Não imponha
2. Dê opções
3. Faça o destinatário se sentir bem - seja amigável

Às vezes, duas ou mais dessas regras podem estar simultaneamente em vigor, reforçando-se. Em outros momentos, devemos fazer uma escolha – estamos em uma situação Regra 1 ou Regra 3? – e uma cancelará a outra. Isto é, uma regra pode substituir a outra. Contudo, como podemos dizer que regra estamos aplicando em determinado momento? Vamos dar alguns exemplos de como essas regras funcionam:

1. Regra 1: Não imponha. Essa regra também pode ser interpretada como permaneça indiferente, não se intrometa nos “negócios de outras pessoas”. Se algo, na esfera linguística ou em outra esfera, é um bem não gratuito⁹, no sentido de Goffman, essa regra nos alerta para evitá-lo ou,

9. [Nota dos tradutores] As expressões *bem gratuito* e *bem não gratuito*, relacionadas ao grau de imposição que, sócio/interculturalmente, nossas ações podem gerar, têm relação, respectivamente, com ações que podemos executar sem permissão prévia (como, por exemplo, utilizar o banheiro em nossa própria casa) e com ações para as quais necessitamos de autorização (como, por exemplo, pedir para usar o banheiro na casa de uma pessoa pouco íntima). Lakoff (1974, p. 27) afirma que “Claramente, existem alguns tópicos sobre os quais se pode perguntar livremente e outros que

em qualquer caso, pedir permissão antes de recebermos a oferta. Portanto, assim como pedimos licença para examinar os pertences de outra pessoa, devemos, em geral, pedir permissão antes de fazer uma pergunta pessoal:

(12) Eu poderia perguntar quanto você pagou por aquele vaso, Sr. Hoving?

Diferentemente de um caso em que a resposta não seja interpretada como um bem não gratuito:

(13) *Eu poderia perguntar quanto é 1 + 1?

a menos que algo mais profundo esteja implícito na pergunta.

Evidentemente, o pedido de permissão é mais ou menos convencional, já que você está fazendo a pergunta no exato momento em que está pedindo permissão para fazê-la; mas é o pensamento que conta. Você parece dar uma saída ao destinatário (consulte a Regra 2 - *Dê opções*), embora na verdade não o faça.

Certos dispositivos linguísticos são igualmente regidos pela Regra 1 (*Não imponha*), tais como expressões passivas e impessoais. Elas tendem a criar uma sensação de distância entre falante e enunciado, ou entre falante e destinatário. Conseqüentemente, sentenças contendo essas formas tendem a ser interpretadas como polidas, tais como as outras formas de comportamento governadas pela Regra 1 (*Não imponha*). O mordomo diria (14a), e não (14b).

(14) a. O jantar está servido.
b. Você gostaria de comer?

Autores acadêmicos, como é bem sabido e muitas vezes lamentado, tendem a usar frases passivas e impessoais em suas pesquisas, assim como o nós autoral, que, como o polido *vous* em francês (e casos análogos em muitas outras línguas), cria um distanciamento entre ele próprio (no caso de *vous*, o destinatário) e as demais pessoas envolvidas na comunicação. O nós autoral é, portanto, paralelo ao *vous* da não solidariedade igualitária¹⁰, conforme discutido por Brown e Gilman (1960); mas o nós imperial é paralelo ao *vous*, indicando *status* superior.

Quanto à proibição de bens não gratuitos sob as condições da Regra 1 (*Não imponha*), encontramos, em nossa cultura, o uso de termos técnicos para evitar a menção a termos tabus, como sexo, uso do banheiro ou dificuldades econômicas, o que poderia ser diferente em outras culturas. Essa é a prática da terminologia burocrática, médica e jurídica, bem como em outros casos

são 'não é de sua conta' - isto é, bens não gratuitos”.

10. [Nota dos tradutores] Para Brown e Gilman (1960), a (não) solidariedade igualitária refere-se ao grau de intimidade ou de condescendência assumido pelos interagentes, impactando nas relações de poder que estes estabelecem. Tais relações, de acordo com os autores (1960), mantêm vínculo direto, por exemplo, com a escolha dos dêiticos *tu* e *vous* na língua francesa.

de formalidade, diferentemente do eufemismo, que é um uso relacionado à Regra 2 (*Dê opções*). A terminologia técnica busca separar o assunto de seu impacto emocional: “Estamos falando sobre ISSO, mas não tem suas conotações usuais porque estamos separando-o de todo conteúdo emocional”. Então, se você tem de dizer algum termo tabu, você diz copulação, defecação ou desfavorecido [economicamente].

A Regra 2 (*Dê opções*) opera, em alguns casos, junto com a Regra 1 (*Não imponha*) e, em outros casos, quando a Regra 1 é inadequada. A Regra 2 orienta: “Deixe D tomar suas próprias decisões – deixe-o fazer suas escolhas”. Isso pode parecer indiferença, mas, na verdade, ela só ocorre às vezes.

Certas expressões [linguísticas] podem ser usadas para dar ao destinatário uma opção sobre como ele deve reagir: algumas dessas expressões (*hedges*)¹¹ foram discutidas por George Lakoff (1972). Alguns *hedges* também têm o efeito de sugerir que o falante sinta apenas um comprometimento emocional fraco em relação ao que ele mesmo está discutindo. Isto é, essas expressões refletem sentimentos do falante sobre a sentença, e, além de seu uso violar a Regra 1 (*Não imponha*), elas não existem no discurso verdadeiramente formal.

(15) Nixon é meio conservador.

Uma sentença como (15) não poderia ser usada, digamos, em um editorial do *New York Times*, que é um formato que invoca, quase que exclusivamente, a Regra 1 (*Não imponha*). Entretanto, pode ser usada em atendimento à polidez, de modo que, sob algumas circunstâncias, um falante cuja opinião verdadeira é representável como (16) pode proferir (15) para evitar aborrecimentos sociais.

(16) Nixon é super conservador.

Poderíamos mencionar outros tipos de sentenças que permitem ao destinatário a maior liberdade possível para se decidir, por exemplo, como foi feito em (17):

(17) a. Acho que é hora de ir embora.
b. É hora de ir embora, não é?

Independentemente de suas funções básicas, tais sentenças também podem funcionar como dispositivos de polidez, em conformidade com a Regra 2 (*Dê opções*). Obviamente, tanto (17a) quanto (17b) podem ser usadas quando o falante está, de fato, incerto sobre o que está afirmando. Entretanto, elas, muitas vezes, são também usadas quando o falante assume total confiança: ele sabe do que está falando, mas não deseja se impor, sob o risco de ofender o destinatário. Tais

11. [Nota dos tradutores] Os chamados *hedges* são utilizados para suavizar a linguagem oral (e escrita) e constituem parte importante de uma conversa polida. As formas mais comuns de *hedging* envolvem expressões modais (*could, possibly etc.*) ou uma linguagem vaga (*sort of, just*), entre outras (Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/grammar/british-grammar/hedges-just>. Acesso em: 08 dec. 2021). Kerbrat-Orecchioni (2005), ao tratar desses suavizadores (*softeners*), assume que eles podem emergir nas interações por procedimentos substitutivos (uma formulação suavizada) e acompanhantes. Estes podem, ainda, ocorrer por meio de minimizadores (na redução da ameaça ao outro), de modalizadores (instauram a distância interlocutiva), de desarmadores (neutralizam antecipadamente uma reação negativa) e de moderadores (suavizam com a inserção de termos polidos).

sentenças, sob essas condições, significam algo próximo a “Eu digo isso a você, mas você não tem obrigação de acreditar. Eu não estou tentando enganá-lo”. Seja por uma questão de polidez ou por não se saber a resposta, o falante deixa a decisão final quanto à verdade de tais sentenças para o destinatário.

Assim como termos técnicos para (assuntos) tabus são dispositivos da Regra 1 (*Não imponha*), eufemismos fazem parte da Regra 2 (*Dê opções*). Estes mantêm a presunção de que o tópico em discussão é proibido, mas procuram dissipar o efeito desagradável, sugerindo que o destinatário não precisa interpretar o que está sendo dito literalmente.

Ele obviamente não faz tal interpretação, e esse fato é, novamente, convencional. Contudo, ele, ao menos aparentemente, tem a chance de optar por não participar, fingindo que o tópico tabu não foi abordado, o que torna o eufemismo um dispositivo de Regra 2 (*Dê opções*).

Então, falamos, sob as condições de Regra 2 (*Dê opções*), em fazer aquilo, em fazer o número dois ou em estar duro (em sentido econômico). Pessoas em discussões profissionais, em que a Regra 1 (*Não imponha*) geralmente prevalece, recorrerão a termos técnicos em vez de eufemismos, enquanto em recepções sociais requintadas, se for necessário falar sobre o assunto, usamos eufemismos, como também outros dispositivos de Regra 2 (*Dê opções*).

Compare as sentenças (18) e (19) no que diz respeito à Regra 1 (*Não imponha*); e imagine, primeiramente, um antropólogo em uma reunião usando (18a), (18b) e (18c). Em seguida, [imagine] uma matriarca da sociedade em uma festa elegante falando (19a), (19b) e (19c).

18 (a) Quando os nativos de Whango-whango querem copular/*fazer aquilo, eles ...

18 (b) Defecar/*Fazer o número 2 é geralmente feito utilizando grandes folhas de bananeira ou exemplares antigos da *New York Daily News*.

18 (c) Muitos residentes do gueto estão desprivilegiados/*duros.

19 (a) Ouvei dizer que o mordomo encontrou Freddy e Marion fazendo aquilo/*copulando na despensa.

19 (b) Com licença, tenho de fazer xixi/*defecar.

19 (c) Harry vendeu sua filha para a escravidão branca¹², porque ele estava muito duro/ *desprivilegiado.

A questão é que respondemos emocionalmente, de forma diferente, aos dispositivos de Regra 1 (*Não imponha*) e de Regra 2 (*Dê opções*). Portanto, o falante cuidadoso ajustará seu dispositivo conforme seu propósito. As regras 1 e 2 podem ser aplicadas juntas, conforme vimos, de modo que a evitação de bens não-gratuitos possa ser interpretada tanto como um meio de não-imposição, quanto como uma forma de deixar o interlocutor ter sua liberdade.

12. [Nota dos tradutores] Segundo Donovan (2003), a expressão *white slavery* (escravidão branca) foi utilizada nos Estados Unidos, durante os séculos XIX e XX, para fazer referência à prática de coerção organizada de pessoas à prostituição. Embora o termo se refira principalmente a mulheres brancas, qualquer etnia poderia ser forçada à escravidão branca.

No entanto, as Regras 1 (*Não imponha*) e 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) parecem ser mutuamente contraditórias. Se tais regras coexistem na mesma conversa, devemos assumir que, por quaisquer razões extralinguísticas, os participantes estão, real ou convencionalmente, mudando suas relações entre si. A Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) é a regra de polidez que parece menos “hipócrita”, embora também seja, com frequência, usada convencionalmente, quando não há um verdadeiro sentimento de amizade.

Essa é a regra que produz um sentimento de camaradagem entre falante e destinatário. O efeito final é fazer o destinatário se sentir bem. Tal regra produz uma sensação de igualdade entre ambos. Se F, realmente, tiver um *status* igual ou superior a D, isso faz D se sentir bem. Entretanto, se o F, realmente, tiver um *status* inferior a D, sua invocação de Regra 3 será vista como “tomando liberdade” e resultará no encerramento da conversa de forma insatisfatória. Ressalta-se que a Regra 1 e a Regra 2 também são projetadas para “fazer D se sentir bem”. Assim, podemos tentar generalizar e dizer que esse foi o propósito de todas as regras de polidez.

Contudo, todas elas fazem isso de maneira diferente. A Regra 3 consegue [fazer D se sentir bem], de tal forma que ele se sinta desejado, um amigo. A Regra 3 produz *tu* em situações apropriadas, nas línguas que usam *tu*, quando este é usado para expressar solidariedade. Nesse caso, em vez do sobrenome + título usados em situações legítimas de Regra 1 (*Não imponha*), encontramos apelidos, ou pelo menos primeiros nomes (cf. Brown & Ford 1964). Encontramos, igualmente, partículas que expressam como o F se sente sobre o que está falando, tornando o D um participante mais ativo, no uso de expressões como “sabe”, “cê sabe”, “quero dizer”.

Quando retóricos alertam contra essas palavras, eles o fazem porque sua função de informação denotativa é nula, uma vez que elas estão deslocadas em uma situação de Regra 1 (*Não imponha*). Todavia, como já dissemos, os enunciados não são proferidos apenas para transmitir informações. Devemos reconhecer que tais partículas sem significado têm, na verdade, um sentido profundo, de que a “Regra 3 está em vigor.”¹³

De igual modo, encontramos na Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) elogios, que, em situações de Regra 1 (*Não imponha*), são interpretados como imposições, assim como usos de formas simples de palavras tabus.

Brown e Ford (1964) apontam que, quanto mais apelidos alguém tem para uma pessoa, mais provável é que ele tenha discutido coisas íntimas com ela. Ambos aspectos integram a situação de Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) e um decorre do outro.

Observou-se que Regra 1 (*Não imponha*) e Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) são incompatíveis; ao passo que Regra 1 e Regra 2 (*Dê opções*), bem como Regra 2 e Regra 3, são, às vezes, incompatíveis, às vezes, coexistentes. Em outros casos, as partículas [que expressam como F se sente sobre o que está falando] também servem para oferecer margem [de interpretação] ao interlocutor. Ao utilizar “tipo”, “cê sabe” e assim por diante, o falante quer expressar que o que

13. [Nota dos tradutores] Cabe ressaltar que a noção de significado se ancora em instâncias linguístico-discursivas mais estáveis, enquanto o sentido se instaura no processo de (co)engajamento construído pelos interagentes. Em outras palavras, somos partidários de que “o significado (semântico) imerso numa ótica interacional (discurso) ganha o estatuto de sentido (pragmático)” (ALBUQUERQUE; ARAÚJO, 2020, p. 170).

está dizendo é apenas seu próprio sentimento. Portanto, o uso de tais termos também pode ser interpretado como oferecendo opções, diferentemente do uso de apelidos e de palavras tabu, que elimina essa interpretação.

Em uma situação em que esperaríamos a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*), mas estamos diante da Regra 1 (*Não imponha*), o efeito decorrente é uma violação de polidez, ao invés de uma escolha livre entre violar e recusar (de forma polida) a imposição. Em referência a um exemplo anterior, se eu disser (10) [Por favor, feche a janela], assumindo que, anteriormente, eu disse (20),

(20) Feche a janela.

a suposição do destinatário não será mais de um estado de camaradagem. Ele se sentiria mal, devido a uma violação das regras de polidez, em vez de sentir que apenas não tinha outra opção ou que não houve imposição.

Teoricamente, ambas as interpretações deveriam ser possíveis. O fato de que apenas uma é [possível], pelo menos em nossa cultura, mostra que a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*), quando aplicável, tem precedência sobre as outras regras. Quando isso não ocorre, é claro, deve-se recorrer às outras [regras]. No entanto, parece que na sociedade americana de classe média, a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) está continuamente ganhando terreno às custas de Regra 1 (*Não imponha*), enquanto em sociedades mais estratificadas, a Regra 1 (*Não imponha*) parece receber mais espaço.

Da mesma forma, uma implicatura conversacional (cf. Gordon & G. Lakoff (1971)) como (21), que costumava significar (20) [*Feche a janela*], pode ser uma forma polida de dizer (20), dependendo da situação.

(21) Está frio aqui.

Ela (21) pode ser interpretada como polida sob a Regra 2 (*Dê opções*). Ao menos convencionalmente, é dada ao destinatário a opção de como ele deve interpretar a sentença – como uma forma de estabelecer uma conversa ou como uma ordem – e [ele] pode escolher responder apropriadamente em qualquer direção.

Todavia, suponha que o falante de (21) esteja em uma posição superior ao destinatário. Nesse caso, se ele usa (21), uma vez que ele não está em uma situação de Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) e, portanto, não apenas estar de “conversa fiada” sobre o clima, (21) deve necessariamente ser interpretado como uma ordem, equivalente a (20). Entretanto, o fato de o F ter formulado isso como uma declaração parece sugerir: “Você deve interpretar todos os meus desejos como uma ordem, você é [hierarquicamente] muito inferior a mim” e, portanto, [tal declaração] viola várias regras de polidez de uma só vez.

Gostaria de, rapidamente, observar algo: as regras de polidez funcionam tanto para o discurso quanto para as ações. Uma ação polida é assim considerada porque está de acordo com os ditames de uma ou mais Regras (1, 2, 3), assim como um enunciado polido. Portanto, cobrir minha

boca quando eu tusso é polido porque me impede de impor meus próprios excrementos pessoais a outra pessoa (além dos germes). Ficar de lado quando alguém entra por uma porta é polido porque dá opções a ele, ou seja, [respeita] a liberdade de movimento. Tais ações sugerem que as regras da linguagem e as regras para outros tipos de interações humanas cooperativas integram o mesmo sistema. Logo, é fútil separar o comportamento linguístico de outras formas de comportamento humano.

Voltemos à relação entre as regras de polidez e as regras de conversação. Notamos que estas estão em vigor em situações em que não se aplica a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*): ou seja, em situações de Regra 1 (*Não imponha*), que são casos de formalidade.

Podemos considerar as regras de conversação como subcasos da Regra 1 (*Não imponha*), dado que seu propósito é fazer com que a mensagem seja comunicada no menor tempo [possível] e com o mínimo de dificuldade. Ou seja, evitar qualquer imposição ao destinatário (desperdiçando seu tempo com falatório ou trivialidades, ou confundindo-o e fazendo-o se sentir mal). Prova disso é o fato de as regras de polidez estarem em conflito com as regras de conversação, precisamente em situações de Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*).

Além disso, se interpretarmos as regras de conversação como um tipo de regra de polidez, especificamente um tipo de Regra 1 (*Não imponha*), teremos alcançado uma generalização interessante sobre a maneira como as regras de polidez têm precedência umas em relação às outras e sobre as circunstâncias nas quais cada uma é aplicável. Isso nos ajudará a responder à nossa pergunta original: como é possível que violações das regras de conversação preservem as regras de polidez? Na verdade, elas preservam apenas a polidez de Regra 2 (*Dê opções*) e de Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*), o que nos faz entender como e por que isso acontece.

Uma objeção a essa formulação das regras de polidez é a seguinte: o que é polido para mim pode ser rude para você. Estou afirmando que essas regras são universais. Mas é claro que os costumes variam. Essas declarações são contraditórias? Acredito que não. O que eu acho que acontece, no caso de duas culturas diferirem em sua interpretação de polidez de uma ação ou de um enunciado, é que elas têm as mesmas três regras, mas ordens distintas de precedência. Um exemplo: diz-se que, na sociedade chinesa, é polido arrotar após uma refeição (se não for você o responsável pela comida). Entretanto, tal ato não é polido em nossa sociedade, haja vista que a Regra 1 (*Não imponha*) tem precedência: não se deve impor o funcionamento interno [*internal workings*] de uma pessoa a outra pessoa. Contudo, na sociedade chinesa, a Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*) tem precedência: mostrar apreciação, fazer o outro se sentir bem.

Outro exemplo: fui criada para acreditar que as questões financeiras, assim como aquelas que envolvem sexo ou hábitos de ir ao banheiro, são bens não gratuitos. Portanto, não se perguntava a um conhecido (até um estágio bem avançado do relacionamento) quanto ele ganhava, em que o seu pai trabalhava ou quanto valiam seus bens. No entanto, outras pessoas, aparentemente, têm liberdade para entrar em sua casa, e para perguntar o valor de seus pertences, o quão profundamente endividado você está *etc.* Uma interpretação desse comportamento é que ele é totalmente grosseiro: [essas pessoas] conhecem as regras, mas não ligam para aplicá-las.

Entretanto, há uma outra maneira, mais generosa – a generosidade está de acordo com as Regras 2 (*Dê opções*) e 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*). Vamos interpretar o que me foi ensinado como uma afirmação de Regra 1 (*Não imponha*). Perguntar sobre os bens das pessoas e mostrar interesse no bem-estar delas pode ser interpretado como um comportamento de Regra 3 – fazer o outro se sentir importante, fazê-lo se sentir um amigo. Portanto, temos possivelmente aqui outro caso em que a ordem de precedência de duas regras difere dialeticamente. Assim como alguém que usa uma sentença sintaticamente aberrante pode não saber as regras do inglês ou pode ter um conjunto de regras ligeiramente diferente das suas. Então, alguém que parece violar as regras da polidez pode, de fato, não saber as regras ou ignorá-las. Ele pode ter as mesmas regras que você, mas ordenadas de forma diferente.

Um último conjunto de casos: mencionei as várias maneiras de descrever os enunciados performativos (as sentenças de (17) – (a) Acho que é hora de ir embora e (b) É hora de ir embora, não é?), maneiras de enfraquecer a força declarativa dos verbos do dizer, e sugeri que, às vezes, isso é feito em consonância com a polidez. O oposto também ocorre: encontramos uma insistência absoluta na força do ato de fala, como nas sentenças de (22). Por que elas existem?

- (22) a. Estou dizendo a você que Fred é um desgraçado.
b. Rapaz, estou te perguntando onde posso encontrar o Presidente.
c. Pela última vez, estou dizendo para você tirar o chiclete da boca.

Essas [sentenças] são, sem dúvida, rudes, na medida em que impõem ao destinatário e destroem suas opções (ele deve reconhecer o ato de fala pelo que é e deve respondê-lo apropriadamente). Além disso, uma vez que [tais sentenças] insistem na resposta adequada do destinatário, elas o tratam não como um amigo, mas como uma pessoa explicitamente desigual. Portanto, elas violam as Regras 2 (*Dê opções*) e 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*). Contudo, elas também são inequivocamente claras, na medida em que deixam bem claro o que o falante pretende. Nesse caso, R1-R3 – ou seja, o conflito clareza-polidez – são resolvidas em favor da Regra 1 (*Não imponha*), em que normalmente são resolvidas em favor da Regra 3 (*Faça com que o outro se sinta bem*).

Trata-se de uma exceção? Primeiramente, devemos perguntar em que casos essas sentenças podem ser usadas. Geralmente, elas são usadas em situações de desespero – quando um ato de fala comum foi anteriormente ignorado. Nessa situação, a polidez pode ser dispensada – o destinatário, ao ignorar o falante em primeiro lugar, perdeu seus direitos. Além disso, o falante precisa transmitir sua mensagem, já que ele tem boas razões para acreditar que apenas o ato de fala mais forte conseguirá isso. Portanto, essas sentenças não são exceções verdadeiras, mas antes mostram que nossas regras são, em geral, corretas: elas nos permitem lidar com exceções aparentes e mostrar por que elas existem.

Em suma, espero ter mostrado o seguinte:

1. Que seguimos regras pragmáticas na fala, assim como seguimos regras semânticas e sintáticas, e todas [essas regras] devem fazer parte de nossas regras linguísticas.
2. Que há regras de polidez e regras de clareza (conversação), em que a última se torna um

subcaso da primeira: as regras de conversação são um subtipo da Regra 1 (*Não imponha*).

3. Que as regras de polidez podem diferir dialeticamente na aplicação, embora sua forma básica permaneça universalmente a mesma.

4. Que essas regras não são meramente linguísticas, mas aplicáveis a todas as interações humanas cooperativas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R.; ARAÚJO, T. B. S. Interagindo em português (brasileiro como língua adicional): a construção de sentidos no gênero campanha publicitária. *Caminhos em Linguística Aplicada*, v. 22, n. 1, p. 161-182, 2020.

DONOVAN, B. The sexual basis of racial formation: Anti-vice activism and the creation of the twentieth-century 'color line'. *Ethnic and Racial Studies*, v. 26, n. 4, p. 707-727, 2003.

GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

LAKOFF, R. *What you can do with words: politeness, pragmatics, and performatives*. Berkeley Studies in Syntax and Semantics I: XVI-1-XVI-55, 1974.

Robin Lakoff

Linguista estadunidense, professora emérita da Universidade da Califórnia em Berkeley, que estuda linguagem e gênero, a política da linguagem e linguagem e cultura popular. Mais academicamente, seu trabalho se enquadra na sociolinguística e na relação entre a forma da linguagem e a função da linguagem.

Ela escreveu ou editou 10 livros, entre eles *Language and Woman's Place*, *Face Value: The Politics of Beauty*, *Talking Power* e *The Language War*.

Rodrigo Albuquerque

É doutor em Linguística pela Universidade de Brasília e professor da mesma instituição de ensino. Atua nas áreas de Sociolinguística Interacional, Pragmática e Linguística de Texto. E-mail: rodrigo.albuquerque.

unb@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5279-4311>.

Bernd Renner

É doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Atua nas áreas de Sociolinguística Interacional, Tradução, Ensino de Línguas e Formação de Professores de Línguas. E-mail: berndrenner1@gmail.com.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1297-7153>.

É doutor em Linguística pela Universidade de Brasília. Atua nas áreas de Sociolinguística Interacional e de Formação de Professores de Línguas. E-mail: alexb.leitao@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7024-2927>.

Recebido em 10/02/2022.

Aceito em 10/03/2022.